

ACTA Nº 16

Los días do mês de Maio de 1988, reunim no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Alenquer do Chão, a Câmara Municipal.

Teima a chamada verificou-se a existência de quórum de segunda foi lida a acta da sessão anterior que uma vez por via a votação foi a mesma aprovada por maioria com duas abstenções.

O Senhor Presidente da Mesa apresentou ao feuário a minuta da acta da sessão de 29 de Abril a qual não se vinha a realizar por falta de quórum.

Pediu a palavra o deputado Fernando Soares para chamar a atenção do Presidente da Mesa ao facto de uma vez que este tinha enumerado a sessão com sete presenças eram 21,30 horas, não ha ver razão para o aceite de mais duas presenças as 21,40 horas.

O Senhor Presidente da Mesa pôs o assunto á Assembleia que decidiu aceitar a sua decisão com 8 votos a favor 3 contra e 3 abstenções.

De seguida o Presidente da Mesa deu conhecimento de toda a correspondência recebida, dando se conta da no período anterior da ordem do dia.

Então na Mesa foram apresentados a tuba, saudação sobre o 25 de Abril apresentando votos elictos do P.C.P.

Aprovada por unanimidade.

Mocção sobre o 1º de Maio também do P. C. P.

Aprovada por unanimidade.

Mocção sobre as estradas no Distrito de Portalegre ainda do P. C. P.

Aprovada por maioria com 13 votos a favor e uma abstenção.

Mocção sobre a reforma agrária.

O deputado J. Carita fez apresentação desta mocção dizendo não estar de acordo com o projecto aquando que o Governo pretende aprovar, que o mesmo não é mais do que atirar com milhas de trabalhadores para o desemprego.

Interviu o Presidente da Mesa para dizer não estar de acordo com esta mocção, uma vez que a actual lei da reforma agrária não tem resolvido o problema.

O deputado José H. Senão lembrou a todos os presentes o que eram os campos do Alentejo antes do 25 de Abril, a situação que reinava nessa época valendo a muito o comércio local.

Disse que não era transformando a Herdade do Rio Frio em reserva de caça que o problema agrícola era resolvido.

Comentou que pessoas que se dizem filhos de trabalhadores votem contra esta mocção lamentando também que a Câmara em 14 anos nunca tenha tomado posição sobre a Reforma Agrária.

Posta a mocção a votação foi está aprovada com 7 votos a favor 2 contra e 5 abstenções.

O deputado José Eduardo fez declaração de voto dizendo que votou contra a mocção em defesa dos trabalhadores.

O deputado José H. Senão perguntou à mesa se já tinha mais informações sobre a Regionalização.

Perguntou também para que jornais tinham sido enviadas as cópias aprovadas em 11 de Abril.

O Presidente da Mesa informou de que não tinham recebido qualquer informação sobre a Regionalização e que as cópias tinham sido enviadas para os jornais fonte nova, Diário de Lisboa e Correio da Manhã.

Entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Câmara começou por informar do estudo do loteamento do Parque Industrial.

Felicitou para intervir o deputado José Eduardo que disse ter sido chocante ver o Largo principal da vila ocupado com maquinaria agrícola na dia da feira.

O Presidente da Câmara respondeu que não tinha outro local para colocar tal equipamento, no entanto disse estar de acordo e que vai tentar outras soluções.

O deputado Fernando Soares perguntou se o local agora a lotar para a zona industrial não iria colidir com a zona destinada a feira foi-lhe respondido que não.

O deputado José H. Senão perguntou o que se iria fazer no dia do Conselho.

O Presidente da Câmara disse que por tradição neste dia a população tem por costume ir para o campo com os respectivos faixos e que desde logo a Câmara estava constantemente condicionada na comemoração de tal data.

Perguntou de seguida o deputado José H. Senão se se passava com os livros oferecidos pelo Sr. Joaquim Namorado.

O Presidente da Câmara informou de que tinha tentado falar junto da viúva e a mesma o informou não ter conhecimento de nada.

Perguntou ainda o mesmo deputado porque é que o Centro de Deficientes funcionava tão mal. O Presidente da Câmara informou que o problema em lerere senão solucionado uma vez que havia contactos com a Santa Casa para que esta tome conta do mesmo.

Segundo ponto da ordem de trabalhos, aprovação e votação do Relatório e Contas de Gerência do Município relativa ao ano de 1987.

O Presidente da Câmara informou que muito embora as dificuldades de pessoal tenham levantado alguns obstáculos à elaboração dos documentos agora apresentados estes se apresentavam em tempo oportuno.

Que os montantes previstos tinham sido quase realizados, não fora as limitações financeiras e o objectivo teria sido conseguido a cerca de 90%.

O deputado José Cavita, felicitou o pessoal que elaborou os documentos, embora com algumas permissões, às quais faz referência respeitante à viacão rural onde se verifica uma diferença de 30 mil contos.

Entende que a cultura e desporto foram pouco contemplados.

Que a conta de Gerência está bastante clara. Que as receitas de Capital ficaram muito aquém.

O Presidente da Câmara informou de que as verbas do P.I.D.R. não tinham sido aprovadas.

Posto o relatório a votação foi o mesmo aprovado por maioria 8 votos a favor e 5 abstenções.

As contas de Gerência foram aprovadas por

20/06/988

unanimidade.

terceiro ponto da ordem de trabalhos.

Tabuleta de Taxas.

O Presidente da Câmara informou de que se tratava de um reajustamento de preços, uma vez que havia taxas que nem sequer paga-
vam as chapas ou impressos.

Esta a votação foi aprovada por unanimidade.

Quarto ponto da ordem de trabalhos.

Quadro de pessoal da Câmara.

Não houve intervenções foi de imediato pros-
to a votação, tendo sido aprovado por una-
nimidade.

O deputado José H. Serrão congratulou-se pe-
lo facto de o quadro agora aprovado com-
templar um carpinteiro e um electricis-
ta.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi
a sessão encerrada da qual se passou a
presente acta.

— Almeida
Fernando Martins
Abraão de S. Pereira
ACTA Nº 17